

Feira de muambas a um passo do poder

CNC diz que entram no Brasil a cada ano R\$ 15 bilhões em contrabando

Hugo Marques

• **BRASÍLIA.** A cinco quilômetros do gabinete do presidente Fernando Henrique Cardoso, no Palácio do Planalto, e a quatro da Receita Federal, funciona a Feira do Paraguai, com 1.264 barracas de ferro e lona, que vende produtos contrabandeados. Instalada no estacionamento do Estádio Mané Garrincha, perto do Palácio Burity, sede do Governo do Distrito Federal, a feira, que funciona de segunda a sábado e recebe até dez mil pessoas nos feriados, é um dos exemplos do descontrole do Governo sobre a entrada e saída ilegal de produtos.

As autoridades responsáveis pela fiscalização na Receita e na Polícia Federal admitem que não têm estrutura de pessoal e de equipamentos adequada para coibir o contrabando. Pelos cálculos da Confederação Nacional do Comércio (CNC), feitos a partir de levantamentos da Receita Federal e do Banco Central, entram no Brasil a cada ano R\$ 15 bilhões em contrabando. Só pelo Paraguai são R\$ 8 bilhões.

— Todos os nossos produtos vêm da China, via Paraguai — relata a feirante Cristiane Nunes. — Meu marido viaja duas vezes por mês para Ciudad del Este e traz mil reais em mercadorias em cada viagem. A Receita só toma as mercadorias quando faz operação pente fino.

Feirantes fazem concorrência ao comércio estabelecido

Os feirantes não pagam impostos, não registram os empregados e são acusados de fazer concorrência predatória ao comércio estabelecido. Entre barracas de produtos com marcas falsas Guess, Fórum e Nike, Antônio Delfino de Moura, que já fugiu mais de 200 vezes da fiscalização nos 11 anos de comércio ilegal, diz que muitas mercadorias adquiridas nos atacadistas de São Paulo têm notas fiscais, mas admite que boa parte é muamba.

Apesar de ilegal, a feira foi autorizada a ficar na área nobre pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, decisão que está sendo contestada na Justiça.

— Isso aqui só não é legal porque a gente não tem CGC — acredita Delfino.

A Receita não divulgou as estatísticas sobre contrabando. A alegação é que, ao admitir a entrada ilegal de produtos, estaria assumindo que não faz a devida fiscalização. Na fronteira por onde entram 90% do contrabando, em Foz do Iguaçu (PR), a delegada regional da Receita Federal, Maria Angélica Toledo Castro, diz que não tem funcionários suficientes para coibir o contrabando.

— Temos 34 auditores fiscais para cuidar da estação aduaneira, do aeroporto internacional, do depósito de mercadorias, da repressão volante e da delegacia de tributos internos. Precisariamos no mínimo de 180 — diz Maria Angélica.

Apesar da falta de estrutura, os fiscais em Foz do Iguaçu conseguiram confiscar na Ponte da Amizade, no ano passado, R\$ 30 milhões em mercadorias contrabandeadas. Em maio, a Receita confiscou R\$ 4,3 milhões, um aumento de 117% em relação a maio do ano passado. Para driblar a fiscalização, os contrabandistas se sofisticam cada vez mais.

— Encontramos filmadoras embaladas em caixa de tênis e videocassete em caixas de uísque coladas umas nas outras — conta Maria Angélica.

Cigarro é o produto mais contrabandeado no país

O produto mais contrabandeado é o cigarro, que no mercado legal paga 300% de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Das mercadorias confiscadas no ano passado, 32,68% eram cigarros. Em seguida, ficaram os eletroeletrônicos, com 24,3%.

Cada cidadão pode entrar, via Paraguai, com R\$ 150 em mercadorias, limite de ficção, se comparado ao volume que cada muambeiro traz. Na semana passada, a Receita confiscou R\$ 158 mil em mercadorias em apenas um ônibus: em média R\$ 7.181 para cada um dos 22 passageiros.

A Receita é responsável pela fiscalização de varejo no que os técnicos chamam de zonas primárias, os portos e aeroportos. As fronteiras são de responsabilidade da Polícia Federal, que faz fiscalizações integradas com outros órgãos, como Receita, Exército e Ibama. É a fiscalização de atacado e das rotas do tráfico de armas e drogas. A Polícia Federal também sofre com falta de estrutura e de pessoal.

— A Polícia Federal tem 5.995 agentes e delegados. Seriam necessários 20 mil para dar conta do território nacional — diz um assessor da diretoria.

Além da falta de pessoal, a Polícia Federal ainda não centralizou as estatísticas, para medir com agilidade a quantidade de contrabando e o volume de material apreendido. O número de inquéritos abertos por contrabando, no entanto, permite identificar as áreas de maior fluxo ilegal de mercadorias. Dos 2.707 instaurados no ano passado, 446 foram no Rio Grande do Sul, 396 no Paraná, 384 em Goiás e 128 no Estado do Rio. Este ano, a PF já instaurou 1.171 inquéritos por contrabando. ■